VERSÃO PRELIMINAR NÃO PUBLICADA - EM AVALIAÇÃO FINAL PELA EDIÇÃO

Publicação no Livro *A Reinvenção da Participação no Brasil? Instituições, Atores e Práticas no Governo Lula 3 (2023-2026) do* INCT Participa.

Participação digital e mobilização de comunidades: o caso do novo Plano Nacional de Cultura

Laila Bellix

Mestre em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP)

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP)

Pesquisadora colaboradora do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB).

Diretora do Instituto Cidade Democrática

Lattes: http://lattes.cnpq.br/6619158700362127

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2345-3558

E-mail: laila@cidadedemocratica.org.br

Ricardo Poppi

Mestre em Ciência Política pela UnB

Pesquisador colaborador do Laboratório de Competência em Software Livre (Lab Livre) da Universidade de Brasília (UnB)

Diretor do Instituto Cidade Democrática

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3207909284480022

Orcid: https://orcid.org/0009-0003-4591-5386

E-mail: ricardo@cidadedemocratica.org.br

Henrique Parra Parra

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (EACH- USP)

Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH-USP)

Conselheiro do Instituto Cidade Democrática
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9657755227425796
Orcid: https://orcid.org/0009-0005-9111-8374
E-mail: henrique@cidadedemocratica.org.br

RESUMO

Este artigo investiga como processos participativos digitais podem reconhecer, mobilizar e fortalecer comunidades políticas e arranjos coletivos de atuação. A análise toma como estudo de caso o processo participativo do novo Plano Nacional de Cultura (PNC), realizado na plataforma Brasil Participativo, em articulação com etapas presenciais. O artigo parte do argumento de que, embora a participação digital seja operacionalizada por meio de interfaces individualizadas, os processos de maior capacidade mobilizadora dependem de dinâmicas coletivas de articulação que extrapolam a própria plataforma.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa combina revisão bibliográfica sobre participação digital, análise documental de materiais institucionais relacionados ao processo participativo do PNC, observação participante realizada ao longo das diferentes etapas do processo e entrevistas semiestruturadas com proponentes das propostas mais votadas. A investigação buscou compreender as trajetórias e estratégias de mobilização, os usos das ferramentas digitais e as percepções sobre os impactos políticos e organizativos da participação.

Como resultado da pesquisa, foi possível identificar dois perfis predominantes entre os atores com maior capacidade de mobilização: lideranças vinculadas aos movimentos sociais, organizações e redes culturais previamente constituídas e ativistas que, embora não representassem formalmente coletivos organizados, demonstraram capacidade de ativar redes pessoais, profissionais e comunitárias em torno de pautas específicas. Os resultados apontam que a mobilização observada no processo por esses perfis esteve associada à ativação de redes sociais, vínculos organizativos e estratégias de comunicação distribuídas em ecossistemas híbridos que articulam plataforma digital, aplicativos de mensageria, mídias sociais e espaços presenciais.

Os achados também sugerem que os efeitos da participação digital não se restringem à incidência direta sobre políticas públicas. Embora parte dos participantes tenha apontado limitações quanto à capacidade de influência do processo sobre as decisões governamentais, foram identificados efeitos relacionados à ampliação da visibilidade pública de pautas culturais, ao fortalecimento de agendas coletivas, ao desenvolvimento de capacidades organizativas e à formação de redes de mobilização. O caso analisado sugere que plataformas participativas podem operar não exclusivamente como mecanismos de consulta pública, mas também como infraestruturas sociotécnicas de articulação, reconhecimento e fortalecimento de capacidades coletivas de mobilização e incidência.

Introdução

As tecnologias digitais estão presentes nos processos participativos brasileiros há pelo menos duas décadas. Ao longo desse período, diferentes iniciativas experimentaram formas de utilizar ferramentas digitais para a participação social e formulação de políticas públicas. Na adoção dessas ferramentas residem as apostas de que as plataformas digitais de participação poderiam ampliar o acesso e alcance da população aos processos decisórios, reduzir custos de engajamento político ao facilitar e agilizar a atuação coletiva e criar formas mais diretas de interação entre Estado e sociedade (COELHO, CUNHA & POZZEBON, 2022). No Brasil, diferentes experiências buscaram incorporar tecnologias digitais às políticas participativas, sobretudo em âmbito federal. Dentre essas iniciativas pioneiras, vale destacar as iniciativas do Fórum da Cultura Digital e o processo de consulta pública online do Marco Civil da Internet até plataformas nacionais mais estruturadas, como o Participa.br e, recentemente, o Brasil Participativo (BEZERRA; FONSECA, 2024).[1]

Grande parte da literatura brasileira sobre participação digital concentrou-se em temas como inclusão, desenho institucional e capacidade de incidência sobre políticas públicas (SAMPAIO et al., 2010; SAMPAIO et al., 2022; JARDIM, 2025). Nesses debates, as plataformas participativas são frequentemente avaliadas a partir de critérios relacionados à ampliação da participação, à qualidade deliberativa ou à efetiva incorporação das contribuições dos cidadãos nas decisões governamentais (COLEMAN E SAMPAIO, 2017).

[1] Acesso em: brasilparticipativo.presidencia.gov.br

Embora fundamentais para compreender o funcionamento e os limites das instituições participativas, as abordagens centradas no desenho institucional e nos resultados decisórios dedicam menor atenção aos efeitos organizativos produzidos pelos próprios processos participativos digitais. Para além de mecanismos de consulta ou escuta institucional, plataformas participativas podem operar como espaços de articulação política, reconhecimento público de demandas e agendas e fortalecimento de capacidades coletivas de organização (CHADWICK, 2007, 2013; WAISBORD, 2023; KREWER & WARSO, 2024). Estudos sobre inovações democráticas digitais na América Latina e no Caribe mostram que essas iniciativas podem ampliar canais de comunicação entre cidadãos e governos, fortalecer práticas participativas e favorecer formas de representação e controle social, embora sua capacidade de produzir resultados concretos dependa, entre outros fatores, da conexão das demandas cidadãs com os processos formais de decisão (FREITAS, 2020). No cenário de crescente uso e adoção das plataformas digitais, torna-se relevante investigar em que medida esses processos conseguem facilitar formas de mobilização coletiva e fortalecimento comunitário.

Frente a essa visão, este artigo tem como objetivo investigar de que forma os processos participativos digitais podem reconhecer e facilitar comunidades políticas e arranjos coletivos de mobilização. O estudo se concentra no caso do processo participativo para elaboração do novo Plano Nacional de Cultura (PNC), realizado na plataforma Brasil Participativo, em articulação com etapas presenciais. Especificamente, a pesquisa quis aprofundar: a) nos perfis e trajetórias das pessoas participantes que mobilizaram o maior número de votos; b) nas estratégias de mobilização utilizadas e c) nas percepções sobre possíveis impactos do processo participativo digital.

Do ponto de vista metodológico, o artigo combina diferentes fontes de pesquisa para compreender os efeitos organizativos e mobilizadores da participação no novo PNC. A pesquisa realiza uma revisão bibliográfica sobre participação digital, análise documental de materiais institucionais relacionados ao processo participativo do PNC, além de observação participante realizada ao longo das etapas do processo pelos autores do estudo.

A investigação também se apoia em entrevistas semiestruturadas com oito proponentes de propostas mais votadas na plataforma, buscando compreender suas trajetórias de mobilização, estratégias de articulação, usos das ferramentas digitais e percepções sobre os impactos políticos e organizativos do processo. A seleção dos entrevistados combinou atores

com diferentes perfis de atuação, incluindo lideranças comunitárias, ativistas culturais e representantes de coletivos e organizações, permitindo observar distintas formas de transformação da participação individual em ação coletiva.

Com essa pesquisa, busca-se contribuir com os debates e literaturas sobre os seus efeitos nas dinâmicas de mobilização e fortalecimento de capacidades organizativas a partir dos processos participativos digitais. Para tanto, o argumento central é que, embora a interface da participação digital seja organizada em torno do indivíduo, por meio de *login*, perfil e interação personalizada, os processos participativos de maior capacidade mobilizadora dependem de dinâmicas coletivas de articulação que extrapolam a plataforma. Assim, a participação digital não se organiza exclusivamente no ambiente institucional *online*, mas em ecossistemas distribuídos de comunicação, engajamento e mobilização.

Essa discussão entre participação digital e dinâmicas coletivas não é nova na literatura brasileira: os estudos sobre o Orçamento Participativo Digital (OPD) de Belo Horizonte identificaram tanto os limites do desenho institucional centrado na votação quanto as relações entre participação, discussão e mobilização (SAMPAIO, 2011). Embora o OPD tenha mobilizado mais de 124 mil votantes em 2008, sua dinâmica privilegiou o voto direto, com uso marginal das ferramentas de discussão disponíveis na plataforma. Ao mesmo tempo, a votação foi atravessada por processos de mobilização associativa e comunitária.

Ferreira (2012), ao comparar as experiências de Belo Horizonte e Recife, também investigou como a incorporação de etapas digitais afetou as dinâmicas de inclusão, mobilização e deliberação dos orçamentos participativos. No estudo, o autor identifica que as ferramentas digitais podem reduzir os custos de transação da participação política e favorecer fluxos horizontais e multidirecionais de comunicação entre cidadãos e grupos de interesse da sociedade civil, ampliando as possibilidades de interação para além dos canais verticais de consulta estatal.

Nessa linha, o artigo parte da compreensão de que a participação digital extrapola as interações registradas na plataforma e se desenvolve em ecossistemas de comunicação que combinam laços fracos de difusão de mensagens e laços fortes de coordenação, engajamento e mobilização (ABERS & VON BÜLOW, 2025).

Por fim, sustenta-se ainda que os efeitos políticos desses processos não se limitam à incorporação direta de propostas em políticas públicas. Mesmo quando a incidência

institucional é percebida como limitada, os processos participativos podem fortalecer capacidades organizativas, ampliar a visibilidade pública de pautas e produzir formas flexíveis de comunidade[2] política.

A partir desse percurso, o estudo busca contribuir para o debate sobre participação digital ao deslocar o foco analítico da incidência institucional para os efeitos organizativos produzidos pelos próprios processos participativos. Assim, interessa compreender como esses processos mobilizam atores, estruturam redes e produzem capacidades coletivas em contextos contemporâneos de ação política em rede.

Nas próximas seções serão apresentados os debates sobre participação digital e a capacidade de mobilização coletiva. Na sequência, há um detalhamento do processo participativo no campo da cultura, com um resgate de iniciativas históricas e o que foi o processo do PNC. Depois, estão detalhados os dois principais achados da pesquisa: as dinâmicas coletivas de participação, que evidenciam os perfis de participantes e as estratégias de mobilização e organização; e os impactos do processo participativo. O artigo termina com uma conclusão sobre esses achados.

Participação digital: entre individualização e ação coletiva

Parte importante da literatura sobre participação digital enfatiza o potencial democratizante das tecnologias digitais, destacando sua capacidade de ampliar o acesso à participação política, reduzir custos de engajamento e criar novas arenas de interação entre Estado e sociedade (CHADWICK, 2007, 2013; WAISBORD, 2023; KREWER & WARSO, 2024). Nesse debate, a expansão das plataformas digitais aparece associada à promessa de democratização da esfera pública e de ampliação da participação cidadã em processos decisórios antes restritos a formatos presenciais e institucionalmente mais limitados.

Ao mesmo tempo, autores argumentam que a redução dos custos de participação nem sempre se traduz em formas sustentadas de ação coletiva, podendo favorecer modalidades mais episódicas e individualizadas de engajamento político, frequentemente associadas ao chamado "ativismo de sofá" ou a formas de participação de baixa intensidade. Além disso,

[2] Para essa pesquisa, comunidades são grupos de pessoas que se conectam a partir de interesses, práticas ou objetivos comuns e que, por meio da interação e da participação, passam a colaborar mutuamente para promover esses objetivos. No contexto dos processos participativos, comunidades se conectam para construir propostas e agendas, mobilizar outras pessoas e incidir junto aos tomadores de decisão.

evidências empíricas mostram que a incorporação das tecnologias digitais aos processos participativos ocorre de forma desigual e frequentemente reproduz assimetrias já existentes de recursos, organização e visibilidade (GERBAUDO, 2012; COELHO, CUNHA E POZZEBON, 2022). Assim, embora plataformas digitais ampliem potencialmente o número de participantes, elas não eliminam desigualdades estruturais nem substituem integralmente os processos organizativos que sustentam a mobilização política.

Essa tensão dialoga com debates mais amplos sobre os efeitos das tecnologias digitais sobre a ação coletiva contemporânea. O conceito de ativismo digital tem sido mobilizado para compreender formas de ação política mediadas por tecnologias digitais que atravessam as fronteiras entre sociedade civil e sistema político, envolvendo repertórios variados de comunicação, mobilização e incidência (VON BÜLOW; GOBBI; DIAS, 2022). Parte dessa literatura investiga como as tecnologias digitais transformam as formas de organização e coordenação da ação política. Bennett e Segerberg (2012), por exemplo, propõem o conceito de "ação conectiva" para compreender mobilizações nas quais a circulação personalizada de conteúdos permite conectar indivíduos e coordenar ações sem depender necessariamente de estruturas organizativas formalizadas. Essa perspectiva contribui para analisar como as redes digitais ampliam as possibilidades de engajamento e articulação política, inclusive entre atores que não compartilham vínculos organizativos prévios.

A relação entre circulação digital e organização coletiva, entretanto, assume configurações distintas conforme os contextos e as dinâmicas de mobilização. A difusão de mensagens e a ampliação do alcance de uma mobilização podem coexistir com formas de coordenação estratégica, vínculos organizativos e relações de confiança entre os atores envolvidos. Abers e Von Bülow (2025), ao analisarem o ativismo digital em torno da CPI da Covid no Brasil, identificam justamente essa combinação: uma rede de atores mobilizou conexões mais amplas para disseminar mensagens e laços mais densos para coordenar ações coletivas. O caso evidencia que a mobilização digital pode articular diferentes formas de conexão e organização, cuja importância varia conforme as estratégias e os objetivos da ação política. Essa perspectiva permite investigar como, nos processos participativos institucionais, a circulação de propostas e informações se conecta às dinâmicas de articulação coletiva e às estratégias de incidência sobre políticas públicas.

Além disso, a própria noção de ausência de liderança nos ambientes digitais vem sendo questionada. Gerbaudo (2012) demonstra que mobilizações online frequentemente

dependem de formas de “liderança fluida” (*soft leadership*), exercidas por atores capazes de organizar narrativas, coordenar engajamentos e conectar diferentes públicos, mesmo sem ocupar posições formais de representação. Essas lideranças fazem uso de diferentes estratégias e sistemas de comunicação.

Nessa linha, Chadwick (2013) e Waisbord (2023) argumentam que a ação política contemporânea ocorre em ambientes híbridos, nos quais arenas digitais e presenciais se articulam continuamente. Dessa forma, a participação institucional digital não representa mera transposição de procedimentos analógicos para a internet, mas reconfigura os modos de articulação entre Estado, plataformas e atores sociais. O engajamento político passa a depender da capacidade de circulação entre diferentes ambientes comunicacionais e organizativos.

Dessa forma, as plataformas participativas podem funcionar, simultaneamente, como infraestrutura institucional e como espaço de sociabilidade política. Elas estruturam interações, reconhecimentos públicos e possibilidades de articulação coletiva. Isso ajuda a explicar por que determinadas propostas conseguem alcançar maior visibilidade e mobilização do que outras: frequentemente, não se trata somente da qualidade da proposta em si, mas da existência de redes capazes de sustentá-la politicamente ao longo do processo.

Essa capacidade de mobilização em plataformas participativas depende tanto de recursos organizativos previamente existentes quanto de escolhas de desenho institucional e sociotécnico (SMITH, 2009). Nesse último ponto, as funcionalidades das plataformas participativas podem favorecer diferentes mecanismos de mobilização e influência. A possibilidade de divulgar propostas, compartilhar conteúdos, registrar apoios e acompanhar debates amplia as oportunidades de circulação das demandas e de conexão entre participantes. Entretanto, a conversão dessas oportunidades em influência política depende também das práticas desenvolvidas pelos atores envolvidos. Ao analisar experiências de e-participação em processos de formulação de políticas públicas, Coelho, Cunha e Pozzebon (2022) mostram a importância de considerar também as práticas de mediação e os mecanismos pelos quais os cidadãos procuram influenciar as decisões.

Dessa forma, arquiteturas digitais menos complexas, com menores níveis de fricção e fluxos de navegação mais simples, tendem a favorecer a adesão e a facilitar o engajamento dos usuários (MARGETTS et al., 2015). Ao mesmo tempo, funcionalidades que permitem a

circulação pública de propostas, o compartilhamento em redes digitais, a manifestação de apoio e a interação contínua contribuem para processos de difusão por meio de laços fracos, ao mesmo tempo que podem demandar laços fortes de coordenação e mobilização coletiva.

No caso do Brasil Participativo, plataforma desenvolvida com base no Decidim (AGUIAR et al., 2024), as escolhas de desenho institucional e sociotécnico precisam ser compreendidas no contexto da retomada da participação social no governo federal e dos esforços para articular modalidades presenciais e digitais de participação na elaboração do PPA 2024–2027 (BEZERRA; FONSECA, 2024).

Entre essas escolhas, destacam-se a criação de links próprios para cada proposta, permitindo seu compartilhamento direto em grupos, plataformas de mídias sociais e outros espaços digitais; o redesenho do fluxo de navegação, de modo que a pessoa pudesse registrar seu voto ou apoio em apenas dois cliques; a simplificação da interface, orientada a maximizar a compreensão por parte de usuários pouco habituados a sites de participação; e a disponibilização de filtros que facilitam o acompanhamento das propostas mais votadas ou apoiadas. Esses elementos podem contribuir para reduzir barreiras de entrada, diminuir custos de participação e favorecer formas mais amplas e inclusivas de engajamento.

Tais funcionalidades são compreendidas como *affordances* que ampliam os incentivos à mobilização coletiva, na medida em que tornam as propostas publicamente visíveis, facilitam sua circulação e permitem que o volume de apoios funcione como critério relevante de seleção, priorização e disputa por atenção dentro da plataforma (HUTCHBY, 2001; TREEM; LEONARDI, 2013). Nessa configuração, a plataforma não produz automaticamente campanhas organizadas, mas cria condições favoráveis para que grupos, redes, movimentos sociais e organizações convertam sua capacidade prévia de articulação em apoio visível no interior do processo participativo.

As características do desenho das plataformas participativas influenciam as formas de engajamento e mobilização que se desenvolvem em torno delas. Margetts et al. (2015), ao analisarem formas de participação política na era digital, discutem como as tecnologias digitais alteram as dinâmicas de engajamento, permitindo que ações individuais se conectem e adquiram visibilidade coletiva. No Brasil Participativo, a combinação entre visibilidade pública das propostas, facilidade de compartilhamento, baixa fricção de uso e competição por apoios possibilita ampliar as condições para a organização de campanhas digitais em torno de

determinadas pautas. A capacidade de registrar apoios públicos, por meio de votos ou manifestações de adesão, pode incentivar atores coletivos a mobilizar redes previamente constituídas para ampliar a circulação e a visibilidade de suas agendas.

Embora muitas plataformas participativas incorporem funcionalidades voltadas à deliberação, a literatura sugere que os processos deliberativos não se restringem necessariamente aos espaços digitais disponibilizados pelas próprias plataformas. Essa perspectiva argumenta que a deliberação pode estar distribuída entre diferentes arenas e instituições, que desempenham funções complementares de mobilização, discussão, agregação de preferências e tomada de decisão (MANSBRIDGE et al., 2012).

Evidências empíricas sobre a plataforma Decidim Barcelona reforçam essa interpretação ao indicar que, embora funcionalidades deliberativas estejam disponíveis, a maior parte das interações *online* ocorre por meio de apoios, rejeições e comentários breves, enquanto discussões mais substantivas tendem a ocorrer em reuniões, assembleias e encontros presenciais articulados em torno dos processos participativos (BORGE; BALCELLS; PADRÓ-SOLANET, 2019; BORGE, 2026).

Desse modo, a participação digital deve ser compreendida não somente como registro individual de preferências, mas também como processo de difusão de agendas e construção de capacidades coletivas.

Ainda que muitas dessas mobilizações possam ser episódicas e descontínuas, essas iniciativas podem contribuir para fortalecer vínculos entre atores, e acumular aprendizados que favoreçam novas articulações e formas de ação coletiva. No caso do Brasil Participativo, a combinação entre simplificação da experiência do usuário, compartilhamento direto das propostas, mecanismos públicos de apoio e instrumentos de visibilidade contribuiu para transformar a plataforma em um ambiente mais acessível e inclusivo, favorecendo tanto a participação individual quanto a mobilização coletiva em torno de propostas e agendas públicas.

O histórico e processo participativo nas políticas culturais: o novo Plano Nacional de Cultura

O campo da cultura ocupa uma posição singular na trajetória da participação social e da inovação democrática no Brasil. Historicamente, políticas culturais estiveram associadas a

experiências pioneiras de participação institucional com experimentação tecnológica, constituindo um ambiente particularmente fértil para a construção de formas híbridas de interação entre Estado e sociedade.

Essa relação entre cultura, participação e tecnologia ganhou maior densidade a partir dos anos 2000, especialmente durante os governos Lula e Dilma, quando o Ministério da Cultura passou a operar como espaço estratégico da cultura digital. O período foi marcado pela aproximação entre políticas culturais e movimentos ligados ao *software livre*, produzindo um ecossistema político e tecnológico que articulava participação social, colaboração em rede e defesa de infraestruturas abertas (SAVAZONI, 2018).

O Fórum da Cultura Digital Brasileira, lançado em 2009 pelo Ministério da Cultura, tornou-se uma das principais expressões dessa agenda. O processo constituiu um experimento político de construção colaborativa entre Estado e sociedade, articulando seminários presenciais, plataformas online, blogs, comunidades digitais e produção coletiva de conteúdo. Inspirado nos princípios da abertura e da colaboração em rede, o Fórum buscava criar comunidades de debate e produção compartilhada de conhecimento sobre políticas culturais e tecnologias digitais.

A experiência da Cultura Digital consolidou algumas características que posteriormente influenciariam outros processos participativos no Brasil: o uso de *software livre*; a defesa de infraestruturas digitais abertas; a valorização da inteligência coletiva; a articulação entre *online* e *offline;* e a compreensão da participação como processo contínuo de mobilização e formação política (idem).

Ao mesmo tempo, o setor cultural apresenta características organizativas que favorecem esse tipo de dinâmica. Diferentemente de outros campos de políticas públicas, a cultura opera frequentemente por meio de coletivos, redes territoriais, grupos independentes, fóruns comunitários e arranjos colaborativos relativamente fluidos. A mobilização cultural costuma ocorrer em estruturas distribuídas, conectando atores locais, artistas, produtores, movimentos culturais e organizações comunitárias em torno de pautas comuns, ainda que muitas vezes de forma temporária e descontínua.

Essa característica ajuda a compreender por que o campo cultural frequentemente opera como espaço de vanguarda brasileira. Desde as Conferências Nacionais de Cultura, as Conferências livres, Pontos de Cultura e das experiências de cultura digital até processos mais

recentes ligados ao Brasil Participativo, a área cultural consolidou repertórios de participação baseados em forte capilaridade territorial com a valorização de saberes locais e articulação em rede. Essas iniciativas contribuíram para a formação de redes distribuídas de atores culturais e para a disseminação de práticas colaborativas que combinam autonomia local, participação social e produção em rede (TURINO, 2009; SAVAZONI; COHN, 2009).

É nesse contexto que se insere o processo participativo do novo Plano Nacional de Cultura (PNC). Instituído originalmente em 2010, o PNC constitui o principal instrumento de planejamento das políticas culturais brasileiras de longo prazo. Sua reformulação ocorreu em um contexto de reconstrução das políticas participativas federais durante o terceiro governo Lula, após um período de descontinuidade institucional e enfraquecimento dos mecanismos nacionais de participação social (Bezerra et al., 2024) e das políticas culturais com a extinção do Ministério da Cultura.

O processo de construção do novo PNC iniciou-se na 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC), realizada em março de 2024, em Brasília, com o tema "Democracia e Direito à Cultura". A Conferência reuniu cerca de cinco mil participantes de todo o país e retomou, após uma década, um dos principais espaços nacionais de deliberação das políticas culturais brasileiras (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2024). O processo conferencial foi antecedido por etapas municipais e estaduais, produzindo um acúmulo prévio de propostas, diagnósticos e prioridades que serviram de base para a construção do novo Plano.

A partir do resultado da Conferência - um conjunto de 30 propostas priorizadas que serviu de base para o desenho inicial do conteúdo proposto para o novo Plano, o Ministério da Cultura, em parceria com a ENAP e com apoio técnico da UNESCO, estruturou uma metodologia participativa que buscava combinar participação digital e presencial para contribuições no texto base e nas metas do novo Plano.

O desenho metodológico do processo partiu explicitamente de alguns objetivos políticos: ampliar e diversificar o público participante; fortalecer a educação política no campo cultural; estimular o monitoramento social das políticas públicas; e criar novas narrativas sobre cultura pública (idem). Para isso, foram estabelecidas diretrizes como linguagem acessível, uso combinado de participação online e presencial, promoção do letramento digital, acessibilidade universal, engajamento contínuo com territórios e adoção de tecnologias livres.

Segundo documento oficial do Minc (ibidem), a escolha da plataforma Brasil Participativo, baseada no *software livre Decidim*, dialoga diretamente com essa trajetória histórica da cultura digital brasileira. A adoção de infraestrutura aberta buscava reforçar princípios de transparência, rastreabilidade das contribuições e ampliação do acesso à participação.

O processo participativo do PNC também incorporou um conjunto de novas ferramentas e funcionalidades para a participação digital. Uma das principais foi a tentativa de integração entre participação presencial e digital. As contribuições das oficinas territoriais eram sistematizadas e incorporadas ao ambiente digital, permitindo circulação pública, rastreabilidade e engajamento ampliado em torno das propostas construídas nos territórios (idem).

Entre outubro e dezembro de 2024, as oficinas presenciais mobilizaram agentes culturais, gestores públicos e representantes da sociedade civil em torno de oito eixos estruturantes do Plano, incluindo temas como gestão e participação social, economia criativa, cultura digital, patrimônio, justiça climática e direitos culturais. A metodologia das oficinas buscava combinar diagnóstico territorial, construção coletiva de objetivos e elaboração de "manchetes de futuro", estimulando participantes a imaginar os resultados desejados para as políticas culturais até 2035.

No ambiente digital, o processo também buscou explorar diferentes níveis de engajamento. O processo incorporou múltiplas funcionalidades da plataforma, criando diferentes funis de entrada para o processo participativo. As enquetes iniciais permitiam formas simples e rápidas de interação; comentários por parágrafo possibilitaram revisão colaborativa do texto-base; enquanto o sistema de propostas e votação estimulava mobilização pública em torno de metas prioritárias. Para participar em qualquer função da plataforma era necessário o *login* no gov.br em nome da pessoa que faria a contribuição ou voto, sem a possibilidade de fazer um acesso coletivo.

Essa arquitetura participativa tinha como objetivo reduzir barreiras de entrada e ampliar a diversidade de participantes, permitindo que pessoas sem experiência prévia em processos participativos pudessem se engajar gradualmente. Ao longo de 83 dias, mais de 85 mil pessoas acessaram a página do PNC no Brasil Participativo, gerando mais de 330 mil

visualizações. Foram apresentadas mais de mil propostas de metas, que mobilizaram cerca de 24 mil votos.

Importante frisar que, embora as devolutivas foram feitas de modo individualizado para as contribuições no texto-base, não houve retorno sobre o resultado das enquetes e somente para as propostas de metas mais votadas é que foram convidadas para o encontro de devolutiva junto ao Ministério, abordado na sequência.

Do ponto de vista da transparência e devolutiva, o novo PNC publicou documentos com detalhamento da sistematização, categorização e resposta pública às propostas recebidas. O processo incluiu disponibilização das contribuições em dados abertos; categorização temática e rastreamento das propostas para identificação de território de origem, eixo e objetivo vinculado;[3] devolutivas individualizadas para contribuições ao texto-base; relatórios públicos das oficinas e de retorno do processo e um encontro presencial com proponentes das propostas mais votadas - 2 mais votadas por eixo - com representantes do Ministério da Cultura.[4]

De modo geral, as propostas mais votadas no processo concentram-se em diferentes áreas das políticas culturais. A proposta que recebeu o maior número de votos foi a criação de um Plano Setorial de Artes Digitais, vinculada ao eixo de Cultura Digital e Direitos Digitais. Também figuram entre as mais votadas propostas relacionadas à infraestrutura cultural, como a conclusão e equipagem do teatro do Centro de Cultura da Universidade Federal de Lavras (UFLA), e ao acesso a bens culturais por meio da criação de uma biblioteca digital nacional com *ebooks* e audiolivros acessíveis por aplicativo.

Outro conjunto de propostas está relacionado à gestão e à organização institucional do setor cultural. Nesse grupo aparecem a criação da Agência Nacional da Música e do Fundo Setorial da Música, a constituição de um Colegiado Setorial da Dança e de um Fundo Setorial da Dança, além da implementação do Plano de Cargos das Carreiras da Cultura (PCCULT) que mobilizou o campo de servidores. Também está entre as propostas mais votadas a regulamentação da atividade de parecerista, vinculada ao eixo de economia criativa, trabalho e proteção social.

---

[3] Disponíveis em: https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura
[4] Disponível em: https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planocultura/f/185/posts/782

As propostas mais votadas incluem ainda iniciativas voltadas ao patrimônio cultural e à memória. Entre elas estão a criação de uma linha de fomento para centros de documentação musical, destinada à preservação de acervos e registros do patrimônio musical brasileiro, o reconhecimento da viola caipira e de suas expressões associadas como patrimônio cultural brasileiro e o reconhecimento dos saberes de mestres e mestras das culturas tradicionais e populares. Em conjunto, as propostas abrangem temas relacionados à cultura digital, gestão cultural, patrimônio e memória, infraestrutura cultural, acesso à cultura e organização do trabalho no setor cultural.

Participação e mobilização: dinâmicas coletivas na participação digital

Esta pesquisa concentrou-se na análise das propostas mais votadas do processo participativo do novo Plano Nacional de Cultura (PNC), realizado na plataforma Brasil Participativo, por duas razões principais. A primeira refere-se à centralidade do mecanismo de apoios na própria dinâmica da plataforma. A segunda diz respeito à regra institucional que previa, para as propostas mais mobilizadas, a realização de diálogo direto com gestores públicos e com a Ministra da Cultura. Desse modo, o número de apoios não funcionava só como indicador de adesão individual, mas como mecanismo de visibilidade, priorização e reconhecimento político dentro do processo participativo.

O objetivo desta etapa da pesquisa foi compreender quais características eram compartilhadas pelos(as) proponentes que obtiveram maior capacidade de mobilização, entendida aqui como a obtenção de apoios e votos diretos na página da proposta no Brasil Participativo. Buscou-se analisar, especialmente, suas capacidades organizativas, seus vínculos representativos e sua inserção prévia em coletivos, movimentos sociais, organizações culturais, fóruns setoriais ou redes de atuação. Com isso, procurou-se investigar se os(as) participantes ingressaram no processo de forma isolada, sem trajetória anterior de engajamento, ou se já estavam inseridos em formas de organização coletiva capazes de sustentar e ampliar a mobilização em torno de suas propostas.

A pesquisa realizou entrevistas semiestruturadas com proponentes de iniciativas de participação digital no âmbito do Plano Nacional de Cultura (PNC). Para a seleção dos participantes, foram consideradas as 16 propostas selecionadas para a etapa presencial em Brasília, correspondentes às duas propostas mais votadas em cada eixo do Plano. Desse universo, foram realizadas oito entrevistas, a partir da disponibilidade dos participantes. As

entrevistas foram realizadas integralmente em formato online com roteiro semi estruturado. Em relação ao perfil de gênero, entre as oito pessoas entrevistadas, duas eram mulheres (25%) e seis eram homens (75%).

As entrevistas realizadas indicam que as propostas com maior capacidade de mobilização no processo participativo do novo PNC estavam associadas, em grande medida, a atores que possuíam recursos prévios de articulação social. A plataforma permitia que qualquer indivíduo apresentasse uma proposta e solicitasse apoio a ela. Entretanto, a própria lógica de priorização das propostas mais votadas gerava fortes incentivos para que os(as) proponentes ultrapassassem a participação individual e construíssem campanhas de mobilização. Em outras palavras, o desenho institucional e sociotécnico do processo premiava propostas capazes de alcançar centenas ou milhares de apoios, o que dificilmente poderia ser obtido apenas por meio de uma decisão individual de participação.

Nesse sentido, o Brasil Participativo acolhia manifestações individuais de preferência e também, de modo indireto, estimulava processos de organização coletiva. Para que uma proposta ganhasse escala, era necessário definir quem a cadastraria na plataforma, quem assumiria publicamente a função de porta-voz, qual seria o título da proposta, como seu texto seria formulado, quais argumentos seriam priorizados, que artes e mensagens seriam utilizadas na campanha, em quais grupos a proposta circularia e quais redes seriam acionadas para ampliar sua visibilidade. Essas escolhas exigiam coordenação, negociação e deliberação entre os atores envolvidos. Assim, aquilo que aparecia na plataforma como uma proposta individualmente registrada correspondia, frequentemente, apenas à face visível de um processo mais amplo de construção coletiva.

A análise permitiu identificar dois perfis predominantes entre os(as) proponentes das propostas mais votadas. O primeiro corresponde a lideranças já inseridas em movimentos sociais, organizações da sociedade civil, coletivos culturais, fóruns setoriais ou outras redes organizadas. Nesses casos, a proposta apresentada na plataforma era frequentemente resultado de demandas previamente debatidas em espaços coletivos e encontrava uma base de apoio já constituída. A mobilização dos votos apoiava-se em redes de relacionamento, mecanismos de representação e canais de comunicação existentes, o que permitia maior alcance e capacidade de engajamento. Esses atores operavam, muitas vezes, como intermediadores entre a plataforma institucional e formas organizadas de ação coletiva, traduzindo as demandas e organizando estratégias de circulação das propostas, como a ativação de redes.

O segundo perfil foi denominado, nesta pesquisa, como “ativista”. Diferentemente do primeiro grupo, esses(as) proponentes não necessariamente ocupavam posições de liderança formal nem representavam organizações ou movimentos estruturados. Tratava-se de indivíduos que ingressavam no processo em nome próprio, mas que possuíam elevada capacidade de mobilização social. Embora suas propostas surgissem, em um primeiro momento, como iniciativas individuais, esses atores acionavam, ao longo da campanha por apoios, redes pessoais, profissionais e comunitárias previamente construídas. Nesses casos, a mobilização dependia especialmente de laços fortes, baseados em relações de confiança, proximidade e reconhecimento mútuo, combinados a laços fracos capazes de ampliar a circulação da proposta para além dos círculos imediatos (ABERS; VON BÜLOW, 2025).

A distinção entre esses dois perfis revela que a capacidade de mobilização não decorria exclusivamente da existência de organizações formalizadas. Enquanto alguns(as) proponentes se apoiavam em estruturas coletivas já consolidadas, outros(as) conseguiam ativar redes informais e relações interpessoais capazes de produzir engajamento significativo. Em ambos os casos, entretanto, a votação expressiva dependia menos da ação isolada de indivíduos e mais da capacidade de transformar uma proposta em causa coletiva, isto é, em objeto de campanha, por meio da circulação pública e adesão social.

As formas de acesso ao processo e de construção das propostas variaram de acordo com o perfil dos(as) proponentes. No caso dos(as) ativistas, as propostas eram inicialmente apresentadas de modo mais individualizado. Contudo, como a regra do processo favorecia as propostas mais votadas, esses(as) participantes passavam a mobilizar redes de apoio, campanhas em plataformas de mídias digitais e aplicativos de mensageria. Com isso, a proposta deixava de operar como iniciativa estritamente individual e passava a funcionar como catalisadora de articulações coletivas em torno de determinadas pautas. Esse deslocamento aparece de forma expressiva no relato de uma das entrevistadas:

> “Aí foi juntando gente, a gente não tinha nome, a gente foi trabalhando em criar nome, fazer tudo isso, logo, aí agora a gente [...] virou um grupo” (Entrevistada 1).

O depoimento indica que a própria experiência de mobilização em torno da proposta contribuiu para a constituição de um grupo. A campanha por apoios conseguiu ampliar a

visibilidade da pauta ao mesmo tempo que produzir vínculos, identidade e formas mínimas de organização entre pessoas que, inicialmente, não estavam articuladas como um grupo.

Por outro lado, movimentos sociais, coletivos e organizações já estruturadas ingressavam no processo com maior capacidade prévia de articulação. Nesses casos, as propostas surgiam de debates coletivos anteriores, apoiadas em bases organizativas já consolidadas. A plataforma funcionava como uma arena institucional na qual demandas construídas em outros espaços podiam ganhar visibilidade pública com reconhecimento político. Assim, a participação digital articula-se a processos deliberativos externos à plataforma, realizados em reuniões, assembleias, fóruns, grupos de trabalho, redes territoriais e espaços associativos.

A própria lógica de funcionamento da plataforma favorecia esse tipo de dinâmica. O modelo de votação e priorização das propostas exigia mobilização contínua ao longo do processo, estimulando os(as) participantes a desenvolver estratégias permanentes de engajamento. Como se tratava de um processo relativamente longo, com mais de 80 dias, era necessário manter a campanha ativa, renovar mensagens, acompanhar o desempenho da proposta, comparar sua posição em relação a outras, reativar redes como táticas de mobilização mais permanentes. Essa dinâmica aparece no relato de uma das entrevistadas:

> "Eu não tinha feito uma mobilização nesse nível e, realmente, para mim, foi surpreendente, foi satisfatório, foi de uma felicidade extrema. Eu aprendi [...] a desenvolver melhor essa capacidade de mobilização nas redes. Entendi melhor como é que a gente tem que fazer isso e como criar engajamento nas pessoas. Eu acho que eu entendi melhor esse processo de trazer as pessoas mesmo para participar" (Entrevistada 2).

O relato evidencia que a participação no Brasil Participativo produziu aprendizados organizativos e comunicacionais. A campanha por votos exigiu o desenvolvimento de capacidades relacionadas à mobilização em redes, à produção de engajamento e à convocação de públicos para a participação. Desse modo, a plataforma funcionou também como um ambiente que estimulou práticas de organização, comunicação política e construção de estratégias coletivas.

O engajamento, portanto, não ficou restrito às funcionalidades internas do Brasil Participativo. A circulação das propostas dependia fortemente de ecossistemas externos de

comunicação. Os grupos de WhatsApp foram utilizados para compartilhamento de links das propostas e envio de instruções sobre como votar, utilizando o Gov.br. Outras plataformas de mídias digitais, como o Instagram, cumpriram a função de ampliar a visibilidade pública das propostas e produzir narrativas de campanha para alcançar públicos mais amplos[5][6]. Em alguns casos, outras redes e espaços também foram acionados para articulação.

"Eles enviaram para alguns jornais locais que também compartilharam [...] [e] para uma associação no município vizinho que desenvolve atividades de teatro e o gestor dessa associação divulgou pedindo votos para as pessoas desse município" (Entrevistada 4)

Essa dinâmica confirma que a participação digital não se restringe ao ambiente formal da plataforma. O ato de votar ocorre no Brasil Participativo, mas a mobilização que torna esse voto possível é produzida em um ecossistema comunicacional mais amplo, distribuído entre aplicativos de mensagens, plataformas de mídias sociais, divulgação em veículos tradicionais, entre outros espaços. A plataforma, nesse sentido, deve ser compreendida como uma das arenas de um processo mais amplo de ação coletiva.

Ao mesmo tempo, os arranjos organizativos produzidos nesse contexto diferem significativamente de modelos tradicionais de organização política mais estáveis, hierarquizados e institucionalizados. Em vez de estruturas permanentes, observou-se a formação de redes mais fluidas, temporárias e orientadas por pautas específicas. Muitas mobilizações se estruturaram em torno de objetivos concretos: apoiar uma proposta, fortalecer determinada agenda, ampliar a visibilidade de uma pauta cultural ou disputar prioridade dentro do processo participativo. Isso não significa ausência de organização, mas a presença de formas flexíveis de coordenação, frequentemente orientadas por campanhas e por objetivos delimitados.

Em conjunto, os achados mostram que a mobilização em torno das propostas do novo PNC articulou diferentes perfis de proponentes, redes sociais preexistentes e arranjos coletivos constituídos ao longo do processo. A circulação dos apoios ocorreu para além da plataforma Brasil Participativo, combinando aplicativos de mensagens, mídias digitais e, em alguns casos, interlocuções presenciais. Essas dinâmicas envolveram tanto vínculos já estabelecidos em organizações, movimentos e comunidades quanto conexões ativadas para alcançar novos públicos e ampliar o apoio às propostas. De modo conjunto, os resultados

[5] https://www.instagram.com/p/DFDk75avX4q/
[6] https://www.instagram.com/p/DEGIwAuSYJY/?img_index=1

permitem examinar como diferentes tipos de vínculos e formas de coordenação se combinaram nas estratégias de mobilização.

Nesse sentido, o caso analisado sugere que a participação digital não substitui as formas coletivas de ação política, mas se apoia nelas e, em alguns casos, contribui para sua ampliação. A plataforma funciona como um dispositivo de ativação, articulação e visibilização de redes sociais, cuja atuação não se restringe às interações realizadas em seu ambiente. As entrevistas mostram que a circulação das propostas envolveu o compartilhamento de links em grupos de WhatsApp, a produção de materiais para divulgação em outras mídias digitais e o acionamento de redes pessoais, profissionais, comunitárias e institucionais. Em algumas experiências, a mobilização também se desdobrou em formas de organização coletiva, como a elaboração conjunta de documentos, a construção de reivindicações comuns e a interlocução presencial com representantes institucionais.

Essas práticas permitem observar que o apoio registrado na plataforma é resultado de um processo mais amplo de mobilização.O que se expressa na plataforma, uma proposta cadastrada, um número de apoios, uma posição no *ranking*, corresponde, portanto, apenas a uma parte do processo. Esses registros permitem acompanhar resultados da participação, mas não revelam, por si só, quem mobilizou os apoios, quais relações foram acionadas, como as estratégias foram definidas ou que formas de coordenação tornaram a mobilização possível. Tampouco mostram integralmente os desdobramentos da mobilização para além da votação, como a elaboração de documentos coletivos e a abertura de espaços de diálogo com atores institucionais. A análise das entrevistas permite recuperar parte dessas dinâmicas e compreender que, embora a participação seja contabilizada individualmente, sua capacidade de mobilização pode depender de processos coletivos de articulação, comunicação e organização. A plataforma torna algumas dimensões desse processo visíveis, enquanto outras permanecem distribuídas pelas redes e pelos espaços em que a mobilização efetivamente acontece.

Os achados reforçam, portanto, a hipótese central deste trabalho: a capacidade de mobilização nos processos de participação digital permanece fundamentalmente ancorada em processos coletivos. Ao premiar propostas com maior volume de apoios, a plataforma acabou estimulando campanhas organizadas, sustentadas pela combinação entre laços fortes de coordenação e laços fracos de difusão. Desse modo, a participação social no Brasil Participativo gerou incentivos mais robustos para grupos, redes e coletivos capazes de

construir ações coletivas do que para indivíduos que participavam isoladamente. Em consequência, o processo participativo pode ser compreendido como infraestrutura sociotécnica capaz de fortalecer processos de mobilização e reconhecimento de comunidades políticas.

Impactos da participação digital: entre incidência limitada e fortalecimento organizativo

Para além de compreender como ocorreu a mobilização em torno das propostas mais votadas, esta pesquisa também buscou investigar os impactos produzidos pela participação no processo de elaboração do novo Plano Nacional de Cultura. A partir das entrevistas realizadas com proponentes, procurou-se analisar como esses atores avaliaram os resultados do processo, quais efeitos identificaram em suas trajetórias individuais e coletivas e de que maneira perceberam sua capacidade de incidência sobre as decisões públicas. O objetivo não foi apenas aferir a influência direta das propostas sobre o conteúdo final da política, mas compreender os diferentes tipos de efeitos gerados pela experiência participativa.

A percepção dos participantes sobre a capacidade efetiva de incidência do processo participativo do novo Plano Nacional de Cultura foi marcada por ambivalências. Assim como identificado em parte importante da literatura sobre instituições participativas no Brasil, o processo participativo pode, ao mesmo tempo, ampliar espaços de escuta e deliberação e, frequentemente, apresentar dificuldades em garantir mecanismos consistentes de *accountability*, transparência decisória e efetiva tradução das contribuições sociais em políticas públicas concretas. Assim, persistem tensões entre participação, expectativa de incidência e capacidade real de resposta estatal. (PIRES, 2011; ROMÃO; MARTELLI, 2013; ALMEIDA, 2017; MARTELLI; COELHO, 2021)

No caso do novo Plano Nacional de Cultura, as pessoas entrevistadas destacaram dificuldades em compreender de que maneira suas contribuições seriam efetivamente incorporadas ao documento final ou convertidas em políticas concretas. Ainda que o processo tenha desenvolvido mecanismos de sistematização e devolutiva, incluindo respostas individualizadas na plataforma, relatórios públicos e o encontro presencial com proponentes das propostas mais votadas, prevaleceu entre parte dos entrevistados a percepção de que o

retorno governamental permaneceu limitado diante das expectativas de transformação concreta das políticas culturais e do escopo do processo.

Ao mesmo tempo, o caso do PNC apresentou elementos que o diferenciam parcialmente de experiências participativas anteriores. A realização de um processo de devolutiva presencial em Brasília entre gestores públicos e proponentes das propostas mais votadas[7] foi um sinal de maior responsividade institucional. Ainda assim, tais iniciativas não eliminaram completamente a percepção de distância entre participação e decisão governamental. Isto é, embora tenha ocorrido um diálogo entre poder público e sociedade como forma de devolutiva e aprofundamento das propostas e isso tenha sido avaliado positivamente pelos(as) participantes nas entrevistas, a forma de incidência na tomada de decisão não ficou nítida neste processo.

Contudo, reduzir os efeitos da participação somente à sua capacidade de produzir incidência direta sobre políticas públicas não possibilita compreender outras dimensões relevantes desses processos (ALMEIDA, 2014). Os resultados observados sugerem que plataformas participativas também operam como dispositivos de produção de capacidades organizativas e articulação comunitária para o reconhecimento público de causas e demandas sociais. Essa dualidade está expressa em uma entrevista que diz:

> Quando a gente se mobiliza de verdade e trabalha em torno de uma causa coletiva, olha como a gente é potente e capaz de conseguir fazer uma coisa. A gente tem capacidade de articular e pensar boas ideias e batalhar e conquistar alguma coisa, no sentido, quando a gente precisa fazer negócio desses, acho que é muito efetivo. Acho que ajudou a ter gás de continuidade, de batalha em torno do tema dança, mas não em torno do tema Plano Nacional de Cultura. O grande *turning point* agora, o ponto que temos que fazer de virada agora é entender como isso se torna política pública efetiva depois da consulta feita, porque tenho visto muita consulta feita (Entrevistada 3)

Nesse sentido, os impactos políticos da participação digital ultrapassam a incorporação formal de propostas em documentos institucionais. Mesmo em contextos nos quais a influência imediata sobre decisões estatais é percebida como limitada, os processos participativos podem produzir efeitos relevantes sobre dinâmicas organizativas e formas de mobilização coletiva.

---

[7] Disponível em: https://www.instagram.com/p/DIBrrUZOn0H/

Entre os principais efeitos identificados nas entrevistas e na observação participante destacam-se a ampliação da visibilidade pública de determinadas pautas; o desenvolvimento de capacidades de comunicação e mobilização digital e a formação de redes temporárias em torno de agendas específicas.

Em diversos casos, a participação no processo do PNC funcionou como mecanismo de reconhecimento político e legitimação pública para lideranças culturais e coletivos locais. A capacidade de mobilizar apoios na plataforma, articular campanhas digitais e alcançar visibilidade fortaleceu determinados atores perante suas próprias redes, territórios e interlocutores institucionais. Propostas que obtiveram grande volume de votos frequentemente passaram a circular também em outros espaços políticos e institucionais, ampliando o alcance de pautas específicas para além do próprio processo participativo. Como apresenta uma pessoa entrevistada:

> Então, eu acho que foi processo de participação que a principal contribuição que ele trouxe, para além dessa esfera do Plano Nacional de Cultura, da discussão em Brasília, para além disso, ele trouxe a visibilidade para o teatro e as pessoas ficaram interessadas em conhecer pouco melhor, ficaram mais interessadas em analisar o cenário cultural da cidade e ver, nossa, eu nunca tinha pensado que tem relação a cidade ter recebido, em cinco anos, ter recebido só três peças de teatro vindas de fora, e isso está relacionado com o fato de a cidade não ter teatro. (Entrevistada 4)

Além disso, o processo gerou importantes aprendizados organizacionais. Entrevistados relataram desenvolvimento de competências relacionadas à comunicação digital, coordenação de campanhas, articulação em plataformas de mídias sociais e construção de estratégias coletivas de mobilização. A própria necessidade de sustentar engajamento contínuo em torno das propostas estimulou processos de coordenação interna entre coletivos, divisão de tarefas e ativação de redes.

Nesse aspecto, a plataforma passou a operar também como instrumento de *advocacy* para movimentos e grupos culturais. Além de apresentar demandas ao Estado, os participantes utilizavam o processo participativo para ampliar visibilidade pública de pautas, fortalecer agendas políticas e consolidar reconhecimento social para determinadas causas e segmentos culturais. Assim, o valor político da participação não se restringiu ao eventual sucesso institucional das propostas, mas também à capacidade de difusão das pautas. Isso pode ser visto na entrevista que frisa:

> Agora as pessoas, principalmente as pessoas que votaram, às vezes quando elas me veem na universidade, elas perguntam, como que está o teatro? Foi uma coisa que aconteceu que fez a comunidade acadêmica saber que tem esse teatro inacabado e despertou nelas interesse por acompanhar a história dele, de saber como que está andando. Ao mesmo tempo, na cidade também teve efeito que foi muito legal, que a gente teve dois vereadores, e eles passaram a ter interesse também, sabe, por acompanhar o desenrolar da história. E aí uma dessas, na verdade foi assessora, uma das assessoras de uma das vereadoras, ela[..]. Tinha ali contato, né, e ela conseguiu apresentar essa demanda para uma deputada federal.(Entrevistada 4)

Os resultados observados sugerem, portanto, que processos participativos digitais têm operado como infraestruturas de mobilização e difusão de agendas públicas. Ainda que frequentemente limitados em sua capacidade de incidência decisória, esses processos produzem efeitos importantes sobre formas de organização política no ambiente digital.

Conclusão

Este artigo buscou analisar como processos participativos digitais podem contribuir para a mobilização de comunidades políticas e para a produção de capacidades coletivas de ação. A partir do estudo de caso do processo participativo do novo Plano Nacional de Cultura (PNC), realizado na plataforma Brasil Participativo, a pesquisa procurou compreender as relações entre participação digital, mobilização social e fortalecimento organizativo, deslocando parcialmente o foco analítico dos resultados institucionais para os efeitos produzidos ao longo do próprio processo participativo.

Os resultados observados sugerem que a participação digital não se organiza exclusivamente no ambiente institucional da plataforma. Embora o Brasil Participativo operacionalize a participação por meio de registros individuais, como *login* pessoal, autoria nominal e voto individualizado, as dinâmicas de mobilização identificadas parecem depender de processos coletivos que extrapolam a plataforma e se desenvolvem em ecossistemas mais amplos de comunicação e articulação. Nesse sentido, o caso analisado indica que a participação digital está ancorada em redes sociais, vínculos comunitários, espaços associativos e ambientes digitais complementares, como aplicativos de mensageria e plataformas de mídias sociais.

As evidências também sugerem que a capacidade de mobilização observada entre as propostas mais votadas esteve associada à ativação de diferentes formas de organização coletiva. Em alguns casos, as propostas encontravam respaldo em movimentos sociais, organizações culturais, fóruns e coletivos previamente constituídos. Em outros, a mobilização foi conduzida por indivíduos que, embora não representassem formalmente organizações, demonstraram capacidade de articular redes pessoais, profissionais e comunitárias em torno de pautas específicas. Em ambos os perfis, os resultados parecem indicar que o engajamento depende da capacidade de transformar propostas em causas compartilhadas e objetos de mobilização coletiva.

Outro aspecto relevante refere-se aos efeitos organizativos produzidos pelo próprio processo participativo. Os relatos analisados sugerem que a mobilização em torno das propostas favoreceu a criação de vínculos, o desenvolvimento de estratégias de comunicação, a ampliação de capacidades de coordenação e, em alguns casos, a constituição de novos arranjos coletivos. Tais evidências indicam que plataformas participativas podem operar como espaços que favorecem processos de aprendizagem organizativa, reconhecimento mútuo e articulação política.

Ao mesmo tempo, os resultados apontam que as expectativas de incidência direta sobre políticas públicas permanecem tensionadas por desafios já identificados na literatura sobre instituições participativas. Embora o processo analisado tenha incorporado mecanismos de devolutiva e interlocução com participantes, parte das pessoas entrevistadas manifestou dúvidas sobre a efetiva incorporação de suas contribuições às decisões governamentais. Esse achado parece reforçar a persistência de desafios relacionados à transparência decisória, à responsividade institucional e à tradução das contribuições sociais em políticas públicas concretas.

Entretanto, a pesquisa avalia que a compreensão dos efeitos da participação digital vai além da sua capacidade de produzir mudanças imediatas nas políticas públicas. As análises indicam que esses processos podem gerar outros tipos de resultados politicamente relevantes, como a ampliação da visibilidade pública de determinadas pautas, o fortalecimento de agendas coletivas, a produção de reconhecimento político e o desenvolvimento de capacidades organizativas entre participantes e grupos mobilizados.

Embora os resultados estejam circunscritos à análise das propostas mais votadas do processo participativo do PNC, os achados sugerem caminhos para investigar os efeitos organizativos da participação digital em outros contextos institucionais. De forma mais ampla, o caso analisado sugere que plataformas participativas digitais podem funcionar como infraestruturas sociotécnicas que facilitam a articulação entre processos institucionais de participação e dinâmicas mais amplas de ação coletiva. Longe de substituir formas coletivas de organização política, a participação digital parece apoiar-se nelas e, em determinadas circunstâncias, contribuir para sua ativação e fortalecimento.

Assim, os resultados desta pesquisa indicam a relevância de ampliar o olhar analítico sobre os efeitos produzidos pelos processos participativos digitais, incorporando não só sua incidência institucional, mas também sua capacidade de mobilizar atores, estruturar redes e favorecer a construção de capacidades coletivas em contextos contemporâneos de participação política.

Referências bibliográficas

ABERS, Rebecca Neaera; VON BÜLOW, Marisa. Ativismo digital para além da comunicação: antinegacionistas na CPI da Covid. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 124, e124043ra, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-001043ra. Acesso em: 30 abr. 2026.

ALMEIDA, Débora Cristina Rezende de. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. Sociedade e Estado, Brasília, v. 32, n. 3, p. 649-680, set./dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203005.

ALMEIDA, Débora Rezende de. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. Opinião Pública, Campinas, v. 20, n. 1, p. 96-117, abr. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-62762014000100005.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. Information, Communication & Society, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012. DOI: https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661. Acesso em: 30 abr. 2026.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BEZERRA, Carla de Paiva; ALMEIDA, Debora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; DOWBOR, Monika. Entre a desinstitucionalização e a resiliência: participação institucional no governo Bolsonaro. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 67, n. 4, e20220118, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.4.339. Acesso em: 30 abr. 2026.

BEZERRA, Carla de Paiva; FONSECA, Igor Ferraz da. Brasil Participativo: conectando o presencial e o digital para promover a participação no PPA 2024-2027. In: LEMOS, Leany; MENEZES, Daiane; SERVO, Luciana (org.). A reconstrução do planejamento nacional: inovações e desafios do PPA 2024-2027. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento; Secretaria Nacional de Planejamento, 2024. p. 289-317.

BORGE, Rosa. Innovaciones democráticas digitales: características y evolución de las plataformas participativas. Los casos del Decidim Barcelona y Decide Madrid. Informatio, Montevideo, v. 31, n. 1, e202, 2026.

BORGE, Rosa; BALCELLS, Joan; PADRÓ-SOLANET, Albert. A model for the analysis of online citizen deliberation: Barcelona case study. International Journal of Communication, v. 13, p. 5671–5695, 2019.

CASTELLS, Manuel. Networks of outrage and hope: social movements in the internet age. Cambridge: Polity Press, 2012.

CHADWICK, Andrew. Digital network repertoires and organizational hybridity. Political Communication, v. 24, n. 3, p. 283-301, 2007.

CHADWICK, Andrew. The hybrid media system: politics and power. Oxford: Oxford University Press, 2013.

COELHO, Taiane Ritta; CUNHA, Maria Alexandra; POZZEBON, Marlei. eParticipation practices and mechanisms of influence: an investigation of public policymaking. Government Information Quarterly, v. 39, n. 2, artigo 101667, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101667. Acesso em: 30 abr. 2026.

COLEMAN, Stephen; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Sustaining a democratic innovation: a study of three e-participatory budgets in Belo Horizonte. Information, Communication & Society, v. 20, n. 5, p. 754-769, 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1203971.

DIANI, Mario. Social movement networks virtual and real. Information, Communication & Society, v. 3, n. 3, p. 386–401, 2000.

FERREIRA, Dimas Enéas Soares. Participação e deliberação: análise do impacto dos usos das novas tecnologias digitais na dinâmica dos orçamentos participativos de Belo Horizonte e Recife. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012

FREITAS, Christiana Soares de. Implicações da e-participação para a democracia na América Latina e Caribe. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 2, p. 116-131, ago./nov. 2020

FUNG, Archon. Varieties of participation in complex governance. Public Administration Review, v. 66, p. 66–75, 2006.

GERBAUDO, Paolo. Tweets and the streets: social media and contemporary activism. London: Pluto Press, 2012. DOI: https://doi.org/10.2307/j.ctt183pdzs. Acesso em: 30 abr. 2026.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. American Journal of Sociology, v. 78, n. 6, p. 1360–1380, 1973.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: a network theory revisited. Sociological Theory, v. 1, p. 201-233, 1983. DOI: https://doi.org/10.2307/202051. Acesso em: 30 abr. 2026.

HENDRIKS, Carolyn M. Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. Political Studies, v. 54, n. 3, p. 486–508, 2006.

HUTCHBY, Ian. Technologies, texts and affordances. Sociology, v. 35, n. 2, p. 441–456, 2001.

JARDIM, Luiza. Avaliação da participação digital em nível nacional: a Plataforma Brasil Participativo. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, e20240251, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220240251. Acesso em: 26 jun. 2026.

KREWER, Jan; WARSO, Zuzanna. Digital commons as providers of public digital infrastructures. Amsterdam: Open Future Foundation, 2024. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.14229950. Acesso em: 30 abr. 2026.

MANSBRIDGE, Jane; BOHMAN, James; CHAMBERS, Simone; CHRISTIANO, Thomas; FUNG, Archon; PARKINSON, John; THOMPSON, Dennis F.; WARREN, Mark E. A systemic approach to deliberative democracy. In: PARKINSON, John; MANSBRIDGE, Jane (org.). Deliberative systems: deliberative democracy at the large scale. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 1–26.

MARGETTS, Helen; JOHN, Peter; HALE, Scott; YASSERI, Taha. Political turbulence: how social media shape collective action. Princeton: Princeton University Press, 2015.

MARTELLI, Carla Giani; COELHO, Rony. Avaliar o quê? Os vários sentidos de efetividade no campo de estudos da participação. Opinião Pública, Campinas, v. 27, n. 2, p. 623-649, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-01912021272623.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. American Journal of Sociology, v. 82, n. 6, p. 1212–1241, 1977.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Método e memória da participação social no novo Plano Nacional de Cultura. Brasília, 2024. Disponível em: https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/rails/active_storage/blobs/redirect/eyJfcmFpbHMiOnsibWVzc2FnZSI6IkJBaHBBN3M1QVE9PSIsImV4cCI6bnVsbCwicHVyIjoiYmxvYl9pZCJ9fQ==--5ab86c0da3cad09c13be5c956adeb26d443c3c1d/MtodoememriadaparticipaosocialnonovoPlanoNacionaldeCultura.pdf. Acesso em: 18 jun. 2026.

PIRES, Roberto Rocha C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. v. 7. (Diálogos para o desenvolvimento).

ROMÃO, Wagner de Melo; MARTELLI, Carla Giani. Estudos sobre as instituições participativas: o debate sobre sua efetividade. Pensamento & Realidade, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 124-143, 2013.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento

Participativo Digital de Belo Horizonte. Opinião Pública, Campinas, v. 16, n. 2, p. 446-477, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000200007.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Instituições participativas online: um estudo de caso do orçamento participativo digital. Revista Política Hoje, Recife, v. 20, n. 1, p. 467-512, 2011.

SAMPAIO, Rafael Cardoso et al. O campo da democracia digital brasileira: uma análise cientométrica de artigos publicados entre 1999 e 2020. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 37, p. 1-38, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.250615.

SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio (org.). Cultura digital.br. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

SAVAZONI, Rodrigo. O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

SCHULZ, Daniel; NEWIG, Jens. Assessing online consultation in participatory governance: conceptual framework and empirical case study. Environmental Policy and Governance, v. 25, n. 1, p. 55-69, 2015. DOI: https://doi.org/10.1002/eet.1655. Acesso em: 30 abr. 2026.

SILVA ROCHA AGUIAR, Carla; ALVES, Isaque; GOMES, Leonardo; PINOS, Bruna; BELLIX, Laila; PARRA, Henrique. Colaboração multissetorial para desenvolvimento e manutenção de soluções tecnológicas de participação: o caso do Brasil Participativo. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 75, especial A, p. 89-107, 2024. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v75ia.10305. Acesso em: 30 abr. 2026.

SMITH, Graham. Democratic innovations: designing institutions for citizen participation. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TILLY, Charles. From mobilization to revolution. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

TREEM, Jeffrey W.; LEONARDI, Paul M. Social media use in organizations: exploring the affordances of visibility, editability, persistence, and association. Communication Yearbook, v. 36, p. 143–189, 2013.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. Voice and equality: civic voluntarism in American politics. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

VON BÜLOW, Marisa; GOBBI, Danniel; DIAS, Tayrine. O conceito de ativismo digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil. In: TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Debora Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; SILVA, Marcelo Kunrath (org.). Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 307-326.

WAISBORD, Silvio. Hybrid collective action. In: PAL, Mahuya; CRUZ, Joëlle; MUNSHI, Debashish (ed.). Organizing at the margins: theorizing organizations of struggle in the Global South. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 53-62.

Anexo

Tabela de pessoas entrevistadas com trechos citados nesse artigo

Código da pessoa entrevistada	**Tipo de perfil**
Entrevistada 1	Terceiro setor
Entrevistada 2	Movimento
Entrevistada 3	Movimento
Entrevistada 4	Universidade